

PLANO ANUAL DE AUDITORIA

EXERCÍCIO DE 2026

SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

TRE-PR

Sumário

Introdução	3
Plano Anual de Auditoria (PAA) – metodologia	5
Processos selecionados – Avaliação	7
Processos selecionados – Avaliação – Monitoramento	8
Processo selecionado – Avaliação – Ação Coordenada de Auditoria.....	9
Processo selecionado – Avaliação – Auditoria Integrada.....	9
Resultados esperados	10
Resultados esperados	11
Outras atividades desempenhadas	12
Ações de melhoria contínua.....	12
PAC-Aud – Plano Anual de Capacitação para Auditoria	12
Cronograma - PAA 2026	13

SEI nº 8373-52.2025.6.16.8000

Assunto: PAA 2026

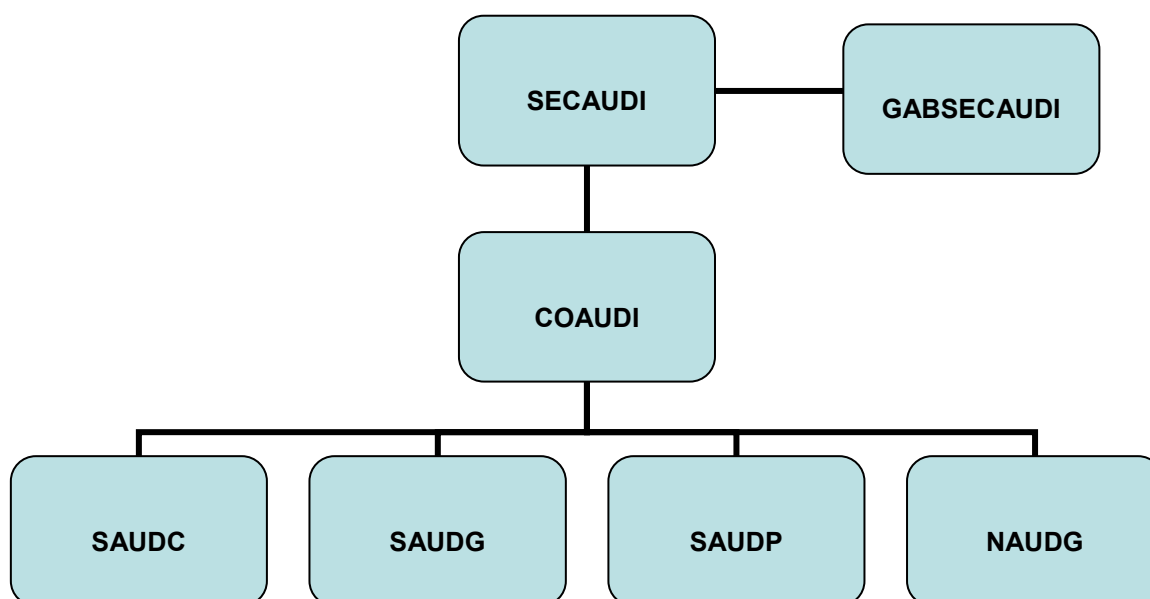
Introdução

1. A auditoria interna desempenha um papel fundamental no aprimoramento da capacidade de uma organização de atender ao interesse público.¹
2. A Secretaria de Auditoria Interna (SECAUDI), tem suas atribuições definidas no Regulamento da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) e sua atuação envolve os serviços de **avaliação** e de **consultoria**.
 - a) **Avaliação** (*assurance*) – ato de comparar, com critérios objetivos e válidos, a integridade, a adequação e a eficácia da governança, da gestão, do gerenciamento de riscos, da adequação dos controles internos administrativos, quanto aos aspectos de eficiência, eficácia e economicidade da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, operacional, contábil e finalística, por meio de exame sistemático, aprofundado e independente.
 - b) **Consultoria** (*advisory*) – atividade de aconselhamento e serviços relacionados, cuja natureza, prazo e escopo são acordados com o solicitante, devendo abordar assuntos estratégicos da gestão, e se destina a adicionar valor e aperfeiçoar processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos administrativos, sem que o auditor interno pratique nenhuma atividade que se configure como ato de gestão.
3. O reporte funcional da SECAUDI deve ocorrer ao Conselho de Governança, garantindo a independência necessária à atividade. E, o reporte administrativo, ao Presidente do Tribunal.
4. A estrutura da SECAUDI compreende: a Secretaria, o Gabinete (GABSECAUDI), a Coordenadoria de Auditoria Interna (COAUDI), a Seção de Auditoria da Gestão (SAUDG), a Seção de Auditoria da Gestão de Pessoas (SAUDP), a Seção de Auditoria das Contratações (SAUDC), e o Núcleo de Auditoria da Governança (NAUDG).

¹ Normas Globais de Auditoria Interna, publicadas em 9 de janeiro de 2024.

5. Para o exercício da função de auditoria interna devem ser observados o **Estatuto**² (que dispõe sobre obrigações, vedações e garantias) e o **Código de Ética**³ (que rege a conduta profissional), ambos da Secretaria.
6. A **missão** da SECAUDI é aumentar e proteger o valor institucional, mediante a adoção de abordagem sistemática para a avaliação e melhoria da eficácia, eficiência, efetividade e economicidade dos processos de governança, de gestão, de gerenciamento de riscos e de controle, de forma a contribuir para o alcance dos objetivos.
7. Sua **visão** é ser reconhecida como parceira, para o aprimoramento institucional, pelas unidades gestoras do TRE-PR.
8. E, seus **valores** são: comprometimento; imparcialidade; integridade e trabalho em equipe.

Figura 1 – organograma da Secretaria de Auditoria Interna



Fonte: Resolução TRE-PR nº 926, de 28 de fevereiro de 2024, anexo II

² Portaria do Presidente nº 543, de 23 de novembro de 2021 - Institui o Estatuto da Secretaria de Auditoria Interna do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

³ Portaria do Presidente nº 386, de 28 de julho de 2020 - Institui o Código de Ética da Secretaria de Auditoria Interna do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, alterada pela Portaria nº 542/2021, de 23 de novembro de 2021.

9. Os procedimentos executados estão disciplinados no Manual de Procedimentos de Auditoria da SECAUDI⁴, no Manual de Auditoria do Poder Judiciário e no Manual de Auditoria Financeira do Tribunal de Contas da União (TCU), 2016.
10. Os processos de auditoria e de consultoria estão representados em fluxogramas, disponíveis em <https://www.tre-pr.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/auditoria-e-transparencia-e-prestacao-de-contas/mapeamento-de-processos>.
11. E, as ações de auditoria⁵ devem ser desenvolvidas, em estrito alinhamento com a **Estratégia de Auditoria**⁶ e com o **Plano Anual de Auditoria (PAA)**⁷.

Plano Anual de Auditoria (PAA) – metodologia

12. A **metodologia**, utilizada para elaboração do **PAA 2026**, compreendeu:
 - a) o levantamento das perspectivas dos macroprocessos de trabalho (governança, finalísticos e de suporte), que viabilizam o cumprimento da missão institucional, a partir da Cadeia de Valor do Tribunal⁸:
 - i. perspectiva dos processos de governança: compreende os mecanismos de liderança, estratégia e controle utilizados para direcionar, monitorar e avaliar a atuação da gestão;
 - ii. perspectiva dos processos finalísticos: compreende os macroprocessos de gestão do cadastro eleitoral, de eleições, de prestação jurisdicional e de educação e cidadania; e

⁴ Em revisão

⁵ Resolução CNJ nº 309, de 11 de março de 2020, com redação dada pela Resolução CNJ nº 633, de 27 de agosto de 2025.

Art. 31. O planejamento das auditorias será composto pela Estratégia de Auditoria, pelo Plano Anual de Auditoria (PAA) e pelo planejamento dos trabalhos de cada auditoria.

⁶ Resolução CNJ nº 309, de 2020, com redação dada pela Resolução CNJ nº 633, de 2025.

Art. 76-A. A Estratégia de Auditoria poderá ser desenvolvida quando da elaboração do novo ciclo da estratégia do tribunal ou conselho.

⁷ Auditorias não incluídas no PAA serão consideradas extraordinárias e realizadas mediante solicitação formal de autoridade competente.

⁸ https://www.tre-pr.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfs/web/viewer.html?file=https://www.tre-pr.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/planejamento-estrategico/cadeia-de-valores/arquivos/tre-pr-cadeia-de-valores/@@download/file/tre-pr-cadeia-de-valores-10042023-2.pdf Acessado em 6/10/2025

- iii. perspectiva dos processos de suporte: compreende os macroprocessos de gestão administrativa, de serviços, orçamentário-contábil-financeiro, de pessoas, e de tecnologia e informação.
 - b) a identificação dos riscos-chave associados aos macroprocessos;
 - c) o desdobramento dos macroprocessos em processos auditáveis;
 - d) o destaque dos processos auditáveis, que apresentam viabilidade técnica e operacional para integrar o PAA;
 - e) a elaboração de matriz de riscos e de controles para os processos destacados, apurando-se, inclusive, os riscos residuais;
 - f) a consideração dos seguintes atributos:
 - i. exigência normativa;
 - ii. relevância (vinculação aos objetivos, iniciativas e metas estratégicas do Tribunal);
 - iii. ações de monitoramento, decorrentes de avaliações realizadas em exercícios anteriores;
 - iv. materialidade;
 - v. prioridades e riscos críticos organizacionais informados pela Diretoria-Geral, pelas Secretarias; pela Assessoria de Gestão Estratégica da Presidência; pela Coordenadoria Executiva da Escola Judiciária Eleitoral e pela Ouvidoria, em reuniões realizadas durante o mês de outubro/2025;
 - g) a consideração das diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no que tange às Ações Coordenadas de Auditoria⁹, e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), quanto às auditorias integradas¹⁰;
 - h) a consideração de determinações, recomendações ou diligências pendentes, expedidas pela SECAUDI e por outros órgãos de controle;
 - i) a seleção dos processos¹¹, a partir da análise dos critérios acima referidos.
13. Assim sendo, diante dos critérios estabelecidos, do julgamento profissional e da capacidade operacional das Unidades de Auditoria Interna foram priorizados os

⁹ Resolução CNJ nº 309, de 2020 - art.37, inciso VII

¹⁰ Resolução TSE nº 23.500, de 19 de dezembro de 2016.

¹¹ Os processos auditáveis, que apresentaram risco residual médio, e que não estão albergados por exigência normativa, foram desconsiderados, haja vista o constante da tabela 6 – Diretrizes para priorização e tratamento dos riscos, página 27, do Manual de Gestão de Riscos do TRE-PR - Nível de Risco Médio (risco aceitável, dentro do apetite a risco, com consequências recuperáveis) – diretriz para resposta – não se faz necessário adotar medidas especiais de tratamento, exceto manter os controles já existentes.

processos a serem avaliados, bem como os passíveis de consultoria, no exercício de 2026, conforme matriz constante do apêndice I.

Processos selecionados – Avaliação

14. **Avaliação** é o exame objetivo da evidência obtida pelo auditor com o propósito de fornecer opinião ou conclusões independentes a respeito de operações, funções, projetos, sistemas, controles internos administrativos e processos, inclusive os de governança e de gerenciamento de riscos.

PERSPECTIVA	MACROPROCESSO	PROCESSO AUDITÁVEL
PROCESSO FINALÍSTICO	4. ELEIÇÕES	1. Alimentação para os colaboradores
PROCESSO DE SUPORTE	6. GESTÃO ADMINISTRATIVA	1. Contratação de bens e serviços 2. Gestão da sustentabilidade (PLS) 3. Bens de consumo 4. Gestão de transporte 5. Patrimônio mobiliário 6. Patrimônio imobiliário 7. Suprimentos de Fundos
PROCESSO DE SUPORTE	7. GESTÃO DE SERVIÇOS	1. Gestão da execução contratual 2. Gestão da manutenção da infraestrutura predial (execução contratual) 3. Gestão da usina fotovoltaica (execução contratual)
PROCESSO DE SUPORTE	8. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, CONTÁBIL E FINANCEIRA	1. Execução tributária 2. Registros orçamentários e contábeis
PROCESSO DE SUPORTE	9. GESTÃO DE PESSOAS	1. Admissão de servidor 2. Concessão de aposentadoria/pensão civil 3. Diárias 4. Folha de pagamento (ativos,

PERSPECTIVA	MACROPROCESSO	PROCESSO AUDITÁVEL
		<p>inativos, requisitados, pensionistas, autoridades eleitorais e serviço extraordinário; PSS)</p> <p>5. Gestão dos registros funcionais (vinculada à folha de pagamento)</p> <p>6. Gestão do Plano de Saúde (execução contratual - sinistralidade)</p> <p>7. Registro de obrigações fiscais, tributárias e previdenciárias</p>
PROCESSO DE SUPORTE	10. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	<p>1. Gestão de equipamentos de TI</p> <p>2. Gestão de intangíveis</p>

15. O escopo de cada trabalho, ou seja, a delimitação de sua abrangência, será definido, após a elaboração do entendimento do objeto, incluindo o fluxograma e a matriz de riscos e de controles.
16. Cada avaliação será realizada com suporte no respectivo Programa, isto é, no documento que detalha o trabalho a ser executado (objeto, objetivo, escopo, período, classificação, equipe, questões de auditoria, informações requeridas, fontes de informação, técnicas de auditoria, possíveis achados e resultados esperados).
17. Os trabalhos de avaliação serão realizados de modo a priorizar a atuação preventiva, ou seja, focados em risco, e, os testes de auditoria serão aplicados em amostras decorrentes de população formada no próprio exercício de 2026, sendo emitido Relatório de Auditoria¹².

Processos selecionados – Avaliação – Monitoramento

18. **Monitoramento** é o acompanhamento das iniciativas da unidade auditada, no sentido de implementar ações corretivas e ou de melhoria dos pontos críticos identificados e validados durante a execução da auditoria.

¹² Conclusivo

19. Foram indicados para monitoramento:

PERSPECTIVA	MACROPROCESSO	PROCESSO AUDITÁVEL
PROCESSO DE SUPORTE	6. GESTÃO ADMINISTRATIVA	1. Governança das contratações (PAD nº 8.425/2024)
PROCESSO DE SUPORTE	9. GESTÃO DE PESSOAS	1. Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina (PAD nº 6.311/2024)

Processo selecionado – Avaliação – Ação Coordenada de Auditoria

20. As **ações coordenadas de auditoria** têm por objetivo a avaliação concomitante, tempestiva e padronizada sobre questões de relevância e criticidade para o **Poder Judiciário**, bem como o atendimento aos princípios de eficiência, eficácia, economicidade e efetividade.
21. Foi aprovada, pela Comissão Permanente de Auditoria, do Sistema de Auditoria Interna do Poder Judiciário (SIAUD-Jud), para o exercício de 2026, a ação integrada:

PERSPECTIVA	MACROPROCESSO	PROCESSO AUDITÁVEL
PROCESSO FINALÍSTICO	5. PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	1. Política Nacional do Poder Judiciário para o Clima e o Meio Ambiente (Resolução CNJ nº 433, de 27 de outubro de 2021)

22. A ação Coordenada de Auditoria, a ser realizada em 2026, abrangerá os tribunais e seções judiciárias das justiças estadual e federal, estando dispensados os demais segmentos de justiça¹³.

Processo selecionado – Avaliação – Auditoria Integrada

23. **Auditoria Integrada** é aquela realizada sob a coordenação da Unidade de Auditoria do **TSE**, em conjunto com as Unidades de Auditoria dos **Tribunais**

¹³ Ofício Circular nº 15/2025/COSI/CNJ, doc. nº 109310

Regionais Eleitorais, com o objetivo de avaliar, de forma sistêmica, temas ou objetos de controle, visando identificar os desvios mais comuns e relevantes, e propor, quando for o caso, aperfeiçoamento em sua gestão e na própria sistemática de controle.

24. Foi aprovada, pela Portaria TSE nº 508, de 11 de novembro de 2025, para o exercício de 2026, a auditoria integrada:

PERSPECTIVA	MACROPROCESSO	PROCESSO AUDITÁVEL
PROCESSO DE SUPORTE	6. GESTÃO ADMINISTRATIVA	1. Contratações eleitorais

25. O Programa de Auditoria, assim como os papéis de trabalho serão definidos pelo Grupo de Trabalho de Auditoria (GTA), coordenado pela Secretaria de Auditoria do TSE.

Resultados esperados

26. Proporcionar à gestão elementos necessários e suficientes a identificar boas práticas, bem como a corrigir distorções relevantes, eventualmente, detectadas.

Processos selecionados – Consultoria

27. **Consultoria** é a atividade de aconselhamento e serviços relacionados, cuja natureza, prazo e escopo são acordados com o solicitante, devendo abordar assuntos estratégicos da gestão, e se destina a adicionar valor e aperfeiçoar processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos administrativos, sem que o auditor interno pratique nenhuma atividade que se configure como ato de gestão.
28. Foram **priorizados para consultoria**, de acordo com a metodologia aplicada, com o julgamento profissional e com a capacidade operacional das Unidades de Auditoria Interna:

PERSPECTIVA	MACROPROCESSO	PROCESSO AUDITÁVEL
PROCESSO FINALÍSTICO	2. EDUCAÇÃO E CIDADANIA	1. Cidadania 2. Capacitação 3. Aprimoramento e práticas eleitorais
PROCESSO FINALÍSTICO	3. GESTÃO DO CADASTRO ELEITORAL	1. Acesso a informações constantes do Cadastro Eleitoral
PROCESSO DE SUPORTE	9. GESTÃO DE PESSOAS	1. Teletrabalho/trabalho híbrido

29. A extensão das ações de consultoria será acordada com as unidades consulentes.
30. Cada consultoria será realizada com suporte no respectivo Programa, isto é, no documento que detalha o trabalho a ser executado (objeto, objetivo, escopo, período, equipe, informações requeridas, fontes de informação e resultados esperados).

Resultados esperados

31. Contribuir para o aprimoramento do processo, mediante a facilitação na elaboração do fluxograma e das matrizes de riscos e de controles, no intuito de assegurar o cumprimento do seu objetivo.

Outras atividades desempenhadas

32. Além de avaliações e consultorias cabe à Unidade de Auditoria Interna:
- a) enviar ao TCU, por meio do sistema e-Pessoal, dados relativos a admissões, aposentadorias e pensões civis – IN TCU nº 78, de 2018;
 - b) acompanhar e dar encaminhamento a indícios de irregularidade, apontados pelo sistema e-Pessoal – IN TCU nº 78, de 2018;
 - c) analisar os dados contábeis, que compõem o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal – Lei Complementar nº 101, de 2000; e
 - d) intermediar as demandas do TCU dirigidas ao Tribunal.

Ações de melhoria contínua

33. Diante dos estudos e proposições realizados em 2025, pretende-se, como ação de aprimoramento, em 2026:
- a) aprovar a revisão do Programa de Qualidade da função de auditoria; e
 - b) revisar o fluxograma dos processos de auditoria.

PAC-Aud – Plano Anual de Capacitação para Auditoria

34. Serão propostas ações de capacitação, no intuito de suprir lacunas de conhecimento e de atualização, considerados os objetos de avaliação/consultoria, selecionados para o exercício de 2026, bem como, as necessidades relacionadas aos processos próprios de auditoria.
35. De acordo com o disposto no art. 37, do Estatuto da SECAUDI, é recomendável a inclusão no PAC-Aud de, no mínimo, 40 horas de capacitação para cada auditor, observada a disponibilidade orçamentária.
36. Será dada preferência a capacitações promovidas por escolas de governo.
37. Dentre as necessidades, destacam-se:
- a) Atuação do Encarregado na LGPD: A Função de Orientar – 15 horas/aula – ENAP;
 - b) Auditoria Baseada em Riscos – etapas I e II – 50 horas/aula – Instituto Serzedello Corrêa – TCU;
 - c) Como implementar a LGPD: bases, mecanismos e processos – 25 horas/aula – ENAP;

- d) Contratações Diretas na Nova Lei de Licitações – 30 horas/aula – ENAP;
- e) Elaboração de Relatórios de Auditoria – 24 horas/aula – ENAP;
- f) Excel intermediário – 30 horas/aula – SENAC;
- g) Introdução ao Planejamento de Auditoria Baseado em Riscos – 20 horas/aula – ENAP;
- h) Legislação de Pessoal (aposentadorias e pensões) – a definir;
- i) Liderança e Gestão no Trabalho Híbrido – 20 horas/aula – ENAP;
- j) Nova Lei de Licitações: Gestão Contratual – 25 horas/aula – ENAP;
- k) Papéis de Trabalho em Auditoria Interna Governamental – 16 horas/aula – ENAP;
- l) Suprimento de fundos e cartão de pagamento – 20 horas/aula – ENAP;
- m) Sustentabilidade na Administração Pública – 28 horas/aula – ENAP;
- n) Técnicas de Auditoria Interna Governamental – 24 horas/aula – ENAP;
- o) Trilha de capacitação do auditor – SIAUD-Jud.

Cronograma - PAA 2026

- 38. O PAA 2026 será executado de janeiro/2026 a março/2027, conforme demonstrado no anexo I.
- 39. O PAA será **publicado na página institucional¹⁴, na internet, até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês de dezembro.**
- 40. À apreciação e à aprovação de Vossa Excelência.

Em 28 de novembro de 2025.

Giane dos Santos Wippich

COAUDI

Hillene de Cassia Sbalqueiro Silva Meira

SECAUDI

¹⁴ <https://www.tre-pr.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/auditoria-e-transparencia-e-prestacao-de-contas/planos-de-auditoria-interna/planos-de-auditoria-interna>